
AS FORÇAS NUCLEARES DE TEATRO DE OPERAÇÕES
E A DISSUAÇÃO GLOBAL

AS FORÇAS NUCLEARES DE TEATRO DE OPERAÇÕES E A DISSUAÇÃO GLOBAL

No fim da década de 70 e coincidindo com o seu 30.^a aniversário, a NATO decidiu alterar profundamente a sua estratégia, uma vez que a dissuasão, conceito em que essa estratégia defensiva sempre se baseou, estava nitidamente a perder significado.

Os lementos essenciais da dissuasão, desde que o Tratado do Atlântico Norte foi assinado, em 1949, até aos dias de hoje, têm sido, sem sombra de dúvida, o dispositivo nuclear estratégico dos Estados Unidos e a presença de forças convencionais americanas na frente europeia⁽¹⁾.

Mas, se ainda recentemente foi garantido que o envolvimento americano na Europa «será tão grande no futuro como o foi no passado»⁽²⁾, pois o governo norte-americano considera que «a defesa da Europa Ocidental é um prolongamento da defesa dos Estados Unidos e qualquer ameaça àquela é uma ameaça directa aos Estados Unidos»⁽³⁾, já o dispositivo nuclear estratégico não se poderá considerar adequado para manter a credibilidade da dissuasão, face às novas ameaças que a NATO deverá estar apta a enfrentar. O antigo secretário de Estado Henry Kissinger, na conferência internacional da NATO em Bruxelas, em 1 de Setembro de 1979, definiu

(1) Enquanto a maioria dos autores considera que a TRIAD, base da dissuasão, é constituída pelas três componentes das forças nucleares estratégicas (mísseis intercontinentais-ICBM, mísseis lançados por submarinos-SLBM e bombardeiros estratégicos), outros autores, tais como Francis Pym, Secretário de Estado do Reino Unido, consideram como elementos da TRIAD as forças nucleares estratégicas, forças nucleares de teatro de operações e forças convencionais. De qualquer modo parece que a afirmação apresentada no texto continua válida, até porque as armas nucleares de teatro surgem muito mais tarde no conceito de dissuasão e o seu desenvolvimento é recente.

(2) «The future of strategic deterrence». Mc George Bundy; Survival; Novembro/Dezembro de 1979; pág. 271.

(3) Intervenção de Zbigniew Brzezinski na XXV Assembleia Anual da Associação do Tratado do Atlântico, em Washington, 9 a 13 de Outubro de 1979; *Revue de L'OTAN*; n.º 6; Dezembro de 1979; pág. 24.

claramente a situação, ao afirmar que «a dissuasão morreu e a Europa não poderá mais confiar na garantia nuclear americana»⁽⁴⁾.

Na verdade, a estratégia da NATO foi evoluindo ao longo dos anos, passando sucessivamente por fases que corresponderam a posições de nítida superioridade, de suficiência, paridade e inferioridade do dispositivo nuclear estratégico americano, face ao soviético.

Este desequilíbrio favorável à URSS, que se vinha a acentuar há mais de uma década, já havia levado os responsáveis, em 1978, a pensar na modernização de algumas armas, na substituição de outras obsoletas e no aumento da força nuclear, não para procurar atingir de novo a superioridade mas, pelo menos, para satisfazer o novo conceito de «equivalência essencial»⁽⁵⁾.

As dúvidas quanto ao valor dissuasor do dispositivo nuclear estratégico americano cobrem três aspectos essenciais: capacidade de ataque às forças estratégicas soviéticas, eficácia da defesa no caso de um ataque inimigo, nomeadamente se for um ataque maciço preparado para saturar sectores seleccionados dessa defesa e, por último, capacidade para efectuar um segundo ataque, de retaliação.

Para além dos factos apontados há ainda um outro aspecto muitas vezes omitido quando se comparam o número e as características das armas dos dois blocos e que muito tem contribuído também para o descrédito do conceito da dissuasão nuclear estratégica. É a natureza da arma em si.

A arma nuclear é e continuará certamente a ser uma arma de destruição maciça. As armas de hoje ultrapassam muito, em potência, as lançadas

(4) «The next thirty years»; Henry A. Kissinger; *survival*; Novembro/Dezembro de 1979; pág. 264.

(5) O US Senate Armed Services Committee, perante o 95.º Congresso, 2.ª Sessão, em 1978, definiu «equivalência essencial» como a manutenção de condições tais que:

- a) As forças nucleares estratégicas soviéticas não se transformem em instrumentos utilizáveis como alavanca política, coerção diplomática ou vantagem militar;
- b) Seja mantida a estabilidade nuclear, especialmente durante crises;
- c) Qualquer vantagem nas características da força soviética seja compensada por outras vantagens nas características da força dos EUA;
- d) O dispositivo dos EUA não seja de facto, nem seja considerado inferior em qualidade/capacidade em relação às forças estratégicas da União Soviética.

«Essential Equivalence, the end of the nuclear deterrent myth»; Tenente-Coronel Norbert Hanning; *International Defense Review*; n.º 2/79; pág. 182.

sobre o Japão, durante a Segunda Guerra Mundial; existem em número suficiente para destruir a Europa, os Estados Unidos e a União Soviética; as defesas contra um ataque maciço não foram ainda testadas; o facto de se afirmar que, segundo o conceito da resposta flexível, os alvos serão ordenados por prioridades, começando por seleccionar os objectivos militares, seguindo-se os industriais, etc., não terá qualquer significado se nos recordarmos que a bomba de Hiroshima caiu a 100 metros do alvo escolhido, que não era a zona residencial e a população civil da cidade.

As consequências de um confronto nuclear serão tão devastadoras que alguns estudos realizados nos Estados Unidos consideram que morreriam 100 milhões de americanos, mesmo que os interceptores actuassem com a eficiência que se espera. Por outro lado, foi divulgado «num recente relatório não classificado que um ataque de retaliação com armas estratégicas ... colocaria sessenta ogivas sobre Moscovo»^(*). Ora, mesmo que o acordo SALT II entre em vigor, 10 000 ogivas nucleares poderão ainda ser disparadas num único dia.

A bipolaridade nuclear mantém-se e cada vez se refere com mais insistência que uma guerra nuclear é inadmissível; as duas superpotências caminhariam, simultânea e voluntariamente, para a autodestruição. Num país democrático e com instituições políticas como as dos Estados Unidos há ainda outra dificuldade para uma eventual utilização, a tempo, da capacidade de retaliação: não se conseguirão reunir, em escassos quinze minutos, as entidades responsáveis pela decisão, nem tão-pouco há vontade política de delegar essa decisão. Este aspecto é de grande importância pois se os Estados Unidos não tiverem intenção de iniciar o conflito, terão que basear a dissuasão na capacidade de detectar um ataque e na certeza de imediatamente retaliar.

Resumindo, a dissuasão nuclear estratégica deixou de ter credibilidade, pois baseia-se apenas no mútuo suicídio e num sistema de armas antiquado e insuficiente.

Era imperioso, portanto, ter possibilidade de dissuadir qualquer ataque, utilizando qualquer tipo de forças, de acordo com o conceito de escalada previsto na estratégia de resposta flexível.

(*) «The future of strategic deterrence», op. cit., pág. 269.

A União Soviética dispõe de cerca de 168 divisões operacionais e de uma capacidade de mobilização notável, bem diferente da dos países democráticos da Europa Ocidental ou da América. O reforço da frente oriental, com a China, em fins de 1978, ou o actual envolvimento no Afeganistão e na fronteira do Irão processaram-se sem redução de efectivos na Europa. A NATO, por seu lado, tinha reduzido as suas forças convencionais estacionadas na Europa, durante e depois da fase estratégica de «aramé de troço» (trip-wire) na convicção de poder convencer a União Soviética de que um ataque por forças do Pacto de Varsóvia não poderia ser detido por meios convencionais e desencadearia uma resposta nuclear. Esta ideia de que «a vulnerabilidade contribuía para a paz e a invulnerabilidade contribuía para o risco de guerra» (1), muito divulgada nos Estados Unidos, foi já posta de parte.

Os efectivos aliados na Europa não foram ainda suficientemente reforçados mas têm estado, pelo menos, a ser modernizados e reorganizados, nomeadamente os da República Federal Alemã. Reduzindo os efectivos das unidades de intervenção mas dando-lhes maior mobilidade e possibilidade de concentração, modernizando o armamento nomeadamente no que se refere ao emprego de armas inteligentes (PGM — Precision-guided munitions), aperfeiçoando os sistemas de comunicações, comando e controlo (C³), dispersando e protegendo quartéis-generais e centros de apoio logístico, etc., as forças convencionais poderão deter qualquer ataque que utilize forças igualmente convencionais. Com a completa concretização destes propósitos o conceito de dissuasão será alargado, deixando de basear-se num só tipo de forças que, por razões políticas, sociais e morais, convém manter como último recurso.

Mas, o desenvolvimento tecnológico permitiu a descoberta e o emprego em larga escala de novos tipos de armas nucleares para uso nos teatros de operações. Essas armas eram inicialmente designadas por armas nucleares de emprego táctico, atendendo às suas características, nomeadamente o pequeno alcance e reduzida potência, se comparadas com as armas estratégicas. Com o correr dos anos, os vectores dessas armas foram sendo aperfeiçoados, o alcance aumentou bem como a potência, melhorou a precisão e manteve-se a importante característica da mobilidade.

(1) «The next thirty years», op. cit., pág. 265.

Surgiu assim uma área cinzenta que não está abrangida pelas negociações internacionais para a redução de forças militares e de armamentos. Na realidade, nem têm o alcance de 5500 Km que as incluiria na agenda das «Conversações para a Limitação de Armas Estratégicas» (SALT), nem estão a coberto das negociações para a «Redução Mútua e Equilibrada de Forças» (MBFR).

Hoje, estas armas são designadas por forças nucleares de teatro^(*) e as duas mais recentes e importantes aquisições soviéticas, neste campo, são o míssil «SS-20» e o bombardeiro «Backfire». Entretanto a NATO poderia também ter posto à disposição das forças do teatro europeu duas novas armas que, embora não pretendendo serem réplicas das soviéticas, teriam grande valor militar: a bomba de radiações reforçada (bomba de neutrões) e o míssil de cruzeiro, nas suas diversas versões, conforme as plataformas de lançamento a utilizar, tipo de ogiva, sistema de guiamento e alcance. Porém a Administração dos Estados Unidos havia suspenso o fabrico dessas armas.

Existia assim, no que se refere a forças nucleares de teatro, uma lacuna tremenda na defesa da Aliança. Nada havia a contrapor às forças deste tipo do Pacto de Varsóvia e na eventualidade de conflito que obrigasse a uma escalada, de acordo com o conceito de resposta flexível, um patamar da maior importância encontrar-se-ia absolutamente vazio.

Neste sentido, poderá considerar-se como uma das mais significativas alterações dos conceitos estratégicos da NATO, a recente decisão de colocar na Europa uma força nuclear de teatro, constituída por 572 mísseis «PERSHING II» e mísseis de cruzeiro, os «Euromísseis», para usar a designação que certamente acabará por ser aceite.

Como afirmou David E. Mc Giffort, Secretário Assistente da Defesa para Assuntos de Segurança Internacional, dos EUA, os Euromísseis «redu-

(*) Têm ultimamente sido designadas por «forças nucleares de teatro» as armas nucleares usadas na Europa e oceanos adjacentes, pela NATO e Pacto de Varsóvia, cobrindo uma larga variedade de sistemas, com diferentes características operacionais e alcances, mas todas elas excluídas das negociações SALT e MBFR. Considera-se, normalmente, a divisão em armas nucleares de teatro de curto alcance (menos de 100 km), de médio alcance (entre 100 km e 1000 km) e de longo alcance (mais de 1000 km) incluindo, neste grupo, os bombardeiros de médio alcance e os mísseis balísticos lançados por submarinos (SLBM).

The security of the Federal Republic of German and the development of the Federal Armed Forces — White Paper 1979; pág. 107.

zirão a tentação dos adversários», pela «adequada ligação de todos os elos da cadeia da dissuasão» (*), isto significando, portanto, que a dissuasão da NATO poderá considerar-se, a partir de agora, como uma dissuasão global» e não apenas como «dissuasão nuclear estratégica».

A «détente» ou desanuviamento foi um conceito proposto pela União Soviética, precisamente na época em que atingiu a paridade em forças nucleares estratégicas, em relação aos EUA. E é na verdade numa tentativa de desanuviamento que se estão a processar as conversações para redução de armamentos e de efectivos, ou que se procuram adoptar «Medidas para a Criação de Confiança» (CBM), segundo o Acto Final da Conferência Sobre a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE). Mas estas conversações só se podem desenrolar numa situação estratégica de equilíbrio que aconselhe a renúncia ao uso da força ou à ameaça do uso da força como arma política. E nunca será demais recordar que foi por isso mesmo que a União Soviética só decidiu dialogar depois de ter atingido a paridade nuclear, isto é, quando sentiu que não teria de ceder por fraqueza.

O desanuviamento é um conceito com aplicação à escala mundial e não apenas às relações entre a NATO e o Pacto de Varsóvia. Foi evocando um dos princípios do desanuviamento, segundo o qual é negado a qualquer das superpotências o direito de intervir militarmente num terceiro país para provocar a instabilidade ou o desequilíbrio a seu favor, que o Presidente Brezhnev avisou os Estados Unidos das graves consequências para a paz mundial que resultariam da intervenção de forças americanas na crise do Irão. Mas a União Soviética tem vindo a intervir em Angola, Etiópia, Yemen do Sul, Vietnam, Camboja, Afeganistão, etc., pagando um preço político que certamente considera compensador: o da condenação da opinião pública mundial, e mesmo este só em alguns casos.

Lamentavelmente, o desanuviamento só tem sido possível num ambiente de dúvida, provocado pela existência de uma força dissuasora que desencoraja qualquer tentativa de obtenção de lucros políticos por recurso ao poderio militar. É esta a conclusão que se poderá tirar da análise da evolução da situação internacional nos últimos 35 anos, na Europa e no resto do mundo. Felizmente não foi disparada nenhuma arma nuclear depois da

(*) «New nuclear missiles for NATO»; *U. S. News & World Report*; 24 de Dezembro de 1979; pág. 35.

Segunda Guerra Mundial e só podemos desejar que o não sejam também os Euromísseis. Mas para isso é necessário que a dissuasão seja global e que recupere a credibilidade. É precisamente neste contexto que se deverão considerar da maior importância as últimas decisões tomadas pela NATO e da maior urgência a sua concretização. A posição agora assumida teve ainda o mérito de mostrar que a vontade do Ocidente se defender não abrandou.

Mas, a extrema gravidade dos acontecimentos internacionais que estamos vivendo mostram bem como o Ocidente pode ser seriamente ameaçado sem que se verifique um confronto directo na área geográfica em que a NATO voluntariamente se enclausurou. Se os países da Aliança, reconhecidas as suas vulnerabilidades, pretendem na realidade uma defesa global contra uma ameaça que já claramente definiram, têm de estar aptos e decididos a enfrentar essa ameaça em qualquer ponto onde ela se possa concretizar.

António E. Sacchetti

Capitão-de-mar-e-guerra